



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 154/155

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 154

13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	04
Pequeno Expediente:	
Dep. Pastor Edson Praczyk	04
Dep. Plauto Miró	05
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	05
Discussão/Votação	
2ª Discussão (Votação em)	05
1ª Discussão	08
Requerimentos	16
Encerramento da Sessão	16
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	16
Diretoria Geral	
Portarias	17
Portarias DAT	17

DIÁRIO Nº 155

14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	19
Presenças	19
Abertura da Sessão	19
Expediente:	
Requerimentos	19
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	20
2ª Discussão	21
Requerimentos	26
Encerramento da Sessão	26
Publicações:	
Atas de Comissões	
Agricultura	26
Saúde Pública	27

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 154

13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão03

Expediente:

Requerimentos.....04

Pequeno Expediente:

Dep. Pastor Edson Praczyk04

Dep. Plauto Miró05

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente..... 05

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 05

1ª Discussão 08

Requerimentos..... 16

Encerramento da Sessão 16

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 16

Diretoria Geral

Portarias..... 17

Portarias DAT 17

DIÁRIO Nº 154

13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 13ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

16 DE DEZEMBRO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães .

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari,

Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Cleiton Kielse, Ney Leprevost e Valdir Rossoni (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães, em Sessão anterior.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 3963

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do professor Waldomiro A. de Souza.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que União da Vitória se despede de um autêntico homem: professor Waldomiro A. de Souza.

Defensor dos mais altos ideais, cidadão justo, benevolente, trabalhador dinâmico, inteligente, arrojado. Deixou marcas imprescindíveis de suas jornadas pelo Paraná.

Iniciou sua carreira como professor de Educação Física em Porto União e União da Vitória ministrando aulas em diversos Colégios, tais como: Escola Estadual José de Anchieta, Colégio Túlio de França, Colégio Coronel Cid Gonzaga, Colégio São José, Colégio Balduino Cardoso, entre outros. Após foi diretor das Escolas Reinaldo Gaelber, José de Anchieta, Pedro Stelmachuck. Já em 1993 foi Secretário Municipal da Educação e Assuntos Comunitários de União da Vitória.

Quando Secretário Municipal teve como ações principais realizadas: implantação do vale transporte para idosos, criação da APAE de União da Vitória em 1993, nuclearização das escolas rurais de União da Vitória, municipalização da merenda escolar e ainda, construção de 29 salas de aula.

Por último, foi Presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na cidade de União da Vitória.

Sua vida foi participativa, em todos os aspectos, sócio-econômicos, políticos e religiosos. Deixou uma lacuna difícil de ser preenchida. Mas seus familiares, com certeza, darão continuidade ao exemplo desse grande homem.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras, senhores e telespectadores.

Ocupo à tribuna na tarde de hoje, nesta Sessão Plenária, apenas para registrar o ocorrido na 6ª Vara Cível de Curitiba, como declarei na tarde de ontem, que teria hoje a primeira audiência da ação que movi contra a pessoa do Governador Roberto Requião, ação de difamação contra

este Parlamentar. Lamentavelmente, o que já era previsto, nem o Governador e nem o seu ex-Secretário, Airtton Pisseti, compareceram à audiência, sendo que foram representados por seus advogados e presente esteve, como testemunha, o ex-Deputado Renato Gaúcho, sendo que as demais testemunhas arroladas no processo não puderam comparecer, por serem Parlamentares e deterem a prerrogativa de estipularem data, hora e local para serem ouvidos como testemunhas. Mas, como fui questionado por alguns membros da imprensa e por alguns colegas, achei por bem deixar o registro do que aconteceu.

Para aqueles que não se lembram do caso, numa manhã fatídica no programa do Deputado Jocelito Canto o Governador Roberto Requião fez uma acusação infundada, difamando esse Parlamentar, o que notoriamente causou um grande estrago à minha vida, não apenas como político, talvez dos danos menores foram os danos causados a minha pessoa enquanto figura pública. Deputado Belinati. Maior estrago causou o Governador com esta afirmação leviana na minha vida como sacerdote, como Pastor, porque regimentalmente eu fui submetido a disciplina de quatro meses, quatro meses fiquei suspenso, não podendo ocupar o altar da minha Igreja, não podendo ministrar, nem celebrar cultos, e fiquei sob aquela suspeita, uma situação extremamente desconfortável que eu particularmente não desejaria para ninguém.

E, finalmente tivemos a primeira Sessão hoje às 14h, na 6ª Vara, e eu estive ali, aguardando o questionamento dos advogados da outra parte. Quero deixar registrado que não desisti da causa, continuo, Governador, no seu calcanhar, e continuarei no seu encalço até a conclusão desta ação. Lamentavelmente, a outra ação depende desta Casa de Leis da aprovação na sua maioria para licenciar o Governador para que eu então possa acioná-lo. Mas, uma nova audiência foi marcada para o ano que vem, mas precisamente, Deputada Luciana Rafagnin, no dia 05 do mês de maio de 2009, e nesse ínterim obviamente serão noticiados os demais Parlamentares que foram arrolados tanto da minha parte como da outra parte como testemunhas, e serão obviamente ouvidos ou aqui na Assembléia Legislativa, ou onde V. Exas. desejarem.

E para efeito apenas de conhecimento, as testemunhas arroladas na minha parte são o Deputado Dobrandino, o ex-Deputado Renato Gaúcho que foi ouvido hoje, o ex-Deputado Oliveira Filho, o Deputado Valdir Rossoni, Deputado Reni Pereira, o Deputado Chico Noroeste, e em comum, tanto da minha parte como da parte do Governador e do Airtton Pisseti em comum o Deputado Mauro Moraes como testemunha.

Então, no dia 05 estarei pacientemente aguardando essa nova audiência, e pode ter certeza, paciência eu entendo e eu tenho bastante, uma vez que tinha-se o costume de chutar os companheiros e poucos tinham a coragem de ir para o embate, tinham coragem de questionar, finalmente o Governador encontrou alguém que é carne de pescoço e vai até o fim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna inicialmente para deixar registrado a votação que tivemos na Sessão anterior, onde por unanimidade os Deputados desta Casa aprovaram um projeto de lei que há bastante tempo vem tramitando nessa Casa e sendo discutido nas Comissões, e até mesmo pelo Plenário já havia passado, onde não tínhamos conseguido o apoio da maioria para que ele pudesse se tornar lei. Um projeto importante, com apoio de várias entidades do segmento produtivo, em especial a Federação das Indústrias do Estado do Paraná que posicionou-se favoravelmente a este projeto.

O que é projeto? Ele dispõe sobre a tarifa reduzida de energia elétrica no período noturno. Se analisarmos as usinas hidrelétricas que estão gerando energia, elas trabalham 24 horas por dia. Durante o período diurno, temos um alto consumo de energia e, no período noturno, o consumo de energia diminui significativamente, mas as usinas estão lá produzindo. Este nosso projeto pede para que a COPEL, venda esta energia elétrica por um preço mais barato para que os segmentos produtivos, como a indústria, a agricultura, os prestadores de serviço e o comércio, possam ampliar seus negócios para o período noturno, tendo a energia 30% mais barata.

Hoje, com o voto de todos os Deputados, temos este projeto de lei aprovado. O Deputado Dobrandino da Silva apresentou duas emendas, emendas estas acatadas pela Comissão de Constituição e Justiça, e emendas aprovadas aqui neste Plenário, onde mostra que a tarifa reduzida, que trata esta lei, é aplicada em benefício dos estabelecimentos industriais, comerciais, prestadoras de serviço e agricultura. Naturalmente, nas propriedades rurais, nos municípios que têm um menor Índice de Desenvolvimento Humano. Uma emenda importante que veio somar-se a este projeto. A outra emenda do Deputado Dobrandino muda o horário de oferta dessa energia mais barata, tirando de fora do horário de pico que, naturalmente, temos um consumo maior nesse horário.

Para finalizar, quero deixar registrado que outros estados da nossa Federação já fornecem energia elétrica mais barata no período noturno. Vou citar o exemplo do estado do Tocantins que tem um valor diferenciado da energia elétrica no período noturno, em especial para agricultura irrigada e, também, para outros segmentos da economia daquele Estado. Agradeço a todos os Parlamentares pelo apoio deste projeto. Esperamos que o Governador do Estado do Paraná venha a sancioná-lo, para que tenhamos este benefício sendo liberado para todas as indústrias que venham ampliar seus negócios para o período noturno, também para agricultura, prestadoras de serviços e o comércio.

O que posso dizer é que o resultado disso é mais geração de emprego dentro do estado do Paraná, e mais geração de impostos. No momento que se vende energia mais barata, que a indústria vai ampliar seus negócios, naturalmente, mais impostos serão arrecadados nos cofres públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência recebeu, hoje, uma homenagem do sistema FACIAP que homenageia toda Assembléia Legislativa, por ocasião da realização das audiências públicas sobre alteração da Lei do ICMS, democratizando o acesso da população ao Poder Legislativo. Assina a placa o Presidente Ardisson Naim Akel. Quero dividir esta homenagem com todos os Srs. Deputados, em especial com a Comissão de Constituição e Justiça, e todos aqueles Deputados que participaram de todos esses encontros, pelo interior do Estado, de forma itinerante.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECERES DA CCI.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO Nº 001
AO PROJETO DE LEI Nº 393/08

Modifique-se o parágrafo 2º do artigo 133 do projeto de lei para que passe a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição, e será computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, EDSON STRAPASSON, PEDRO IVO, TADEU VENERI, ROSANE FERREIRA E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

A licença a que se refere o parágrafo 2º é a do dirigente sindical.

A redação original previa apenas uma prorrogação em caso de reeleição.

Previsão similar havia na Lei Estadual nº 10981 de 27/12/94.

O dispositivo foi revogado pela Assembléia Legislativa, pois entenderam os Deputados que a previsão representava uma intervenção estatal na organização sindical dos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos servidores públicos o direito à livre organização sindical assim como o direito à greve.

O artigo 8º da Carta Magna assegurou a todos os trabalhadores o direito à livre organização sindical independente de autorização estatal.

Caput do artigo 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observando o seguinte:

O artigo 37 da Constituição Federal, em seus incisos VI e VII assegurou também aos servidores públicos o direito à livre organização sindical e à greve.

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei.

A manutenção deste dispositivo representa ofensa à liberdade sindical dos servidores públicos prevista na Constituição Federal.

A duração do mandato dos dirigentes sindicais, bem como suas liberações, devem estar previstas no Estatuto Sindical.

A manutenção ou não dos dirigentes sindicais em seus cargos é prerrogativa dos servidores públicos sindicalizados.

É vedado constitucionalmente a intervenção estatal na organização sindical, portanto, inconstitucional tal medida.

Determina o inciso I do artigo 8º da Carta Magna:

I - a lei não poderá exigir autorização do estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

O texto do projeto de lei sob análise contraria ainda o disposto no parágrafo 2º do artigo 37 da Constituição do Estado do Paraná.

§ 2º É facultado ao servidor público, eleito para a direção de sindicato ou associação de classe, o afastamento do seu cargo, sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional, na forma que a lei estabelecer.

É certo que a restrição à liberação do dirigente sindical afronta o dispositivo da Constituição Estadual.

Deve-se mencionar que restrições desta natureza não existem para outros cargos eletivos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 02

Modifique-se o *caput* do artigo 119 do projeto de lei para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 119. À funcionária gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 180 (cento e oitenta) dias, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.”

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ROSANE FERREIRA, EDSON STRAPASSON, TADEU VENERI e PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

O Congresso Nacional aprovou lei garantindo a licença maternidade para 180 dias, abrangendo as trabalhadoras do setor privado.

A partir desta decisão muitos órgãos e entidades da união passaram a assegurar os 180 dias de licença para suas servidoras.

No mesmo sentido, muitos estados e municípios brasileiros também aprovaram leis no mesmo sentido.

Em Curitiba e diversas cidades da região metropolitana e interior do Paraná aprovaram normas com este intuito.

O Poder Judiciário do Paraná pode ser o precursor do estado do Paraná para ampliar tão importante direito para mães e filhos.

A licença é sempre um misto de repouso para a mãe e cuidados para o filho recém-nato.

Está provado cientificamente que a permanência da mãe com o filho por mais tempo amplia a qualidade do relacionamento familiar e de vida para a criança.

É ainda uma forma de dar efetividade para o disposto no Estatuto da Criança e Adolescente e Constituição Federal quando pregam que as crianças e adolescentes devem ser tratados como prioridade absoluta uma vez que estão em especial estado de desenvolvimento.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLÊNÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 393/08**

P A R E C E R :**Preâmbulo**

A presente emenda de Plenário tem como objetivo modificar a redação dos artigos 119 e 133, parágrafo 2º do Projeto de Lei nº 393/08, com intuito de modificar o mérito dos citados artigos.

Fundamentação

Inicialmente cumpre destacar a perfeita legitimidade dos Deputados, em número superior à cinco, em propor as emendadas modificativas no plenário desta Casa de Leis, na forma do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná:

"141. As proposições poderão ser emendas nas seguintes oportunidades:

1 - Ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados."

Assim, uma vez superada e positivamente aferida a legitimidade em propor as presentes emendas, passamos à análise das emendas modificativas quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa.¹

A emenda modificativa do artigo 119 amplia em 60 (sessenta) dias a licença maternidade conferida à servidora gestante, nos moldes da Lei Federal nº 11770/08 que instituiu no âmbito da iniciativa privada a possibilidade (com direitos a incentivos fiscais) da concessão de 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade. Conforme a justificativa dos autores, diversos entes públicos no estado do Paraná aprovaram leis no mesmo sentido, visando ampliar tão importante direito para mães e filhos.

Haja vista a perfeita sintonia com o ordenamento jurídico pátrio, bem como com os mezinhos princípios referentes à proteção da criança, há que se considerar constitucional e legal a referida modificação ao Projeto de Lei nº 393/08.

Quanto a segunda emenda modificativa, que altera o parágrafo 2º do artigo 133, considera-se compatível com a ordem jurídica vigente a alteração proposta pelos insígnis Deputados, na medida em que ampliam a prorrogação em casos de mandato classista de uma única vez, conforme o projeto original, para por tantas quantas reeleições for reconduzido o servidor. Juridicamente possível, portanto, a referida mudança.

Ocorre que na redação apresentada, que dispõe:

"2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição, e será computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais."

O cômputo do tempo de afastamento para todos os efeitos legais possui respaldo constitucional que, porém, excepcionaliza a promoção por merecimento. Neste sentido, o artigo 38, inciso IV da Constituição da República:

Art. 38. Ao servidor da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

1. Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; (sem grifos no original)

É clara a consideração do legislador constituinte, que procura de um lado resguardar os direitos do servidor e concomitantemente impedir que o mesmo servidor se utilize de seu poder de barganha, ganho com a eleição a um cargo eletivo, para alcançar promoção por merecimento, de critério em regra subjetivo. O mandato de dirigente sindical, como em uma das hipóteses do caso em tela, correria grande risco de cooptação se houvesse a possibilidade de o órgão público junto ao qual o dirigente classista representa os seus filiados conferir a este promoção de caráter eminentemente subjetivo.

Considerando o acima exposto, em especial o artigo 38 da Constituição da República, que é uma regra de aplicabilidade imediata e de eficácia plena, propõe-se a seguinte subemenda modificativa, com o objetivo de adequar a redação ao dispositivo constitucional, acrescentando:

"Art. 133..."

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser no caso de reeleição, e será computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento."

Conclusão

Diante do exposto opina-se pela aprovação da emenda modificativa apresentada na forma da subemenda abaixo.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Francisco Bühner, Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Caíto Quintana, Carlos Simões e Tadeu Veneri.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA DE PLÊNARIO, À EMENDA Nº 01 DE PLÊNARIO

Com fulcro no que autoriza os artigos 138, do Regimento Interno, fica modificada a redação do parágrafo 2º do artigo 133 do presente projeto de lei, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 133..."

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser no caso de reeleição, e será computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Está em votação o projeto. Ressalvada a emenda. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda de Plenário nº 02. Com parecer favorável da CCJ. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Em votação a Subemenda da CCJ. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Está, portanto, **prejudicada** a Emenda nº 01 de Plenário.

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 054/08, que altera a Lei nº 11719/97, cria o quadro temporário de técnico especializado em infância e juventude e adota outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 005/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam transformados 84 (oitenta e quatro) cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, previstos na Lei nº 11719, de 12/05/97, em cargos isolados de Técnico Especializado em Infância e Juventude.

Parágrafo Único. Os cargos de Técnico Judiciário transformados por esta lei correspondem aos cargos ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude (artigos 7º, I, 10, I, da Resolução nº 03, de 10/05/93), que permanecem ocupando os cargos transformados.

Art. 2º Fica criado o Quadro Temporário Suplementar Especializado em Infância e Juventude do Poder Judiciário, composto pelos 84 (oitenta e quatro) cargos isolados previstos no artigo 1º desta lei.

Parágrafo Único. Os Técnicos Especializados em Infância e Juventude integração a equipe interprofissional com as atribuições previstas nos artigos 150 e 151 da Lei nº 8069, de 13/07/90.

Art. 3º Os integrantes do Quadro a que se refere esta lei exercerão suas funções junto aos Juízos da Infância e da Juventude ou nas Varas da Família e serão lotados, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, de acordo com a necessidade do serviço.

Art. 4º O vencimento básico do cargo de Técnico Especializado em Infância e Juventude é fixado no nível D8 do Anexo III, Tabela 3, da Lei nº 11719, de 12/05/97, com as alterações posteriores.

Art. 5º Em face da natureza especial das funções e desempenho em locais de risco, os Técnicos Especializados em Infância e Juventude farão jus a gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida prevista na Lei nº 6174/70, no percentual equivalente a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), calculado sobre o vencimento básico, desde que estejam prestando serviços específicos do cargo junto ao Juízo da Infância e Juventude ou da Família.

§ 1º A gratificação prevista no *caput* deste artigo comporá a base contributiva previdenciária para o fim de aposentadoria e pensão.

§ 2º É vedada a percepção desta vantagem pecuniária juntamente com outra da mesma natureza.

Art. 6º Aos ocupantes dos cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude não é conferida equiparação, nem a percepção de vantagens pecuniárias reservadas aos ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior da Secretaria do Tribunal de Justiça ou do Quadro de Auxiliares da Justiça do Foro Judicial.

Art. 7º O quadro de que trata o artigo 2º desta lei tem caráter temporário.

Parágrafo Único. Os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude, na medida em que vagarem passarão a recompor o Quadro de Servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, sob a denominação de Técnico Judiciário.

Art. 8º Fica alterada a Tabela 1 do Anexo III da Lei nº 11719, de 12/05/97, com a redação dada pela Lei nº 14807, de 20/07/05, na forma do Anexo I desta lei.

Art. 9º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/12/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

(Altera a Tabela 1, do Anexo III, de Lei nº 11719/97, com as modificações posteriores)

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	Nº DE CARGOS
SUPERIOR	Assessor Jurídico	113
	Administrador	15
	Analista de Sistema	20
	Arquiteto	04
	Assistente Social	38
	Bibliotecário	10
	Contador	14
	Dentista	03
	Economista	09
	Engenheiro	03
	Jornalista	05
	Médico	04
	Programador de Computador	22
	Psicólogo	08
	TOTAL	268

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	Nº DE CARGOS
INTERMEDIÁRIO	Auxiliar de Enfermagem	04
	Desenhista	03
	Eletrotécnico	03
	Mecânico	06
	Oficial Judiciário	552
	Operador de Computador	19
	Técnico em Computação	23
	Técnico Judiciário	580*
	TOTAL	1.190

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	Nº DE CARGOS
BÁSICO	Agente de Conservação	174
	Agente de Serviços Gerais	243
	Ascensorista	27
	Copeiro	25
	Motorista	151
	Telefonista	12
	TOTAL	632
* Alterado		

JUSTIFICATIVA:

O Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, reestruturado pela Lei nº 11719 de 12/05/97, foi elaborado há mais de 10 (dez) anos como podemos ver.

Com a aprovação da citada lei, alguns cargos foram enquadrados como Técnico Judiciário, sem que algumas situações especiais fossem observadas.

O caso dos servidores oriundos e remanescentes do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude (artigos 7º, I e 10, I, da Resolução nº 03, de 10/05/93) reflete bem a situação.

Veja-se que esses servidores pertenciam a um Quadro à parte, cujo cargo que ocupavam denominava-se Técnico Especializado em Infância e Juventude.

Embora não esteja expresso, tais servidores integravam a equipe interprofissional prevista pela Lei nº 8069 de 13/07/90.¹

Portanto, não se trata de qualquer servidor administrativo, mas de um especialista. Ora, a denominação do cargo e do quadro, por si só, bastam para essa conclusão.

Logo, correto afirmar que esses servidores deveriam ter sido tratados pela Lei nº 11719/97 de forma diferenciada dos demais, ou seja, em quadro próprio e em cargo específico.

Vale lembrar que no decorrer desses 10 anos, vários questionamentos foram levantados a respeito da situação desses servidores, tanto na esfera administrativa como na judicial.

Dessa forma, o projeto ora apresentado tem por único fim regularizar essa situação, senão vejamos:

Primeiramente, transforma 84 (oitenta e quatro) cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, previstos na Lei nº 11719 de 12/05/97, em cargos isolados de Técnico Especializado em Infância e Juventude.

Ressalte-se que este projeto trata apenas daqueles cargos correspondentes aos ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude (artigos 7º, I, e 10, I, da Resolução nº 03, de 10/05/93), que hoje totalizam esses 84 (oitenta e quatro) cargos.

Em seguida, cria o Quadro Temporário Suplementar Especializado em Infância e Juventude do Poder Judiciário, composto pelos 84 (oitenta e quatro) cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude.

Deixa expresso que os ocupantes do cargo Técnico Especializado em Infância e Juventude integrarão a equipe interprofissional com as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)², o que anteriormente não fora previsto.

Estabelece com clareza que os Técnicos Especializados em Infância e Juventude deverão exercer as funções do cargo nas Varas da Infância e Juventude ou nas Varas da Família conforme a necessidade dos serviços. Isso, porque, tanto no Juízo de Infância e Juventude ou no de Família o objetivo maior é a preservação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente previstos no artigo 227 da Constituição.³

Outrossim, limita ao Presidente do Tribunal de Justiça a competência de lotação desses servidores.

Fixa o vencimento básico dos ocupantes dos cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude em um único nível (D8) da tabela de vencimentos prevista pela Lei nº 11719/97 com as alterações posteriores. Isso porque a grande maioria desses servidores já se encontrava o nível D-8, não sendo prevista progressão funcional nesse quadro temporário.

Prevê a concessão de risco de vida. Essa gratificação tem por fim recompensar pecuniariamente o Técnico Especializado em Infância e Juventude, ante as situações de risco que enfrenta no dia-a-dia, sejam elas, pela natureza das funções ou pelo exercício em locais de risco.

No entanto, o percebimento da mesma está condicionado à prestação dos serviços específicos do cargo, limitado, o exercício junto ao Juízo da Infância e da Juventude ou da Família.

A aludida gratificação é fixada em percentual de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do vencimento básico, podendo ser incorporada para a aposentadoria e pensão, uma vez que comporá a base da contribuição previdenciária.

Ressalte-se, que os servidores que estão percebendo a gratificação supramencionada, ou pela prestação de serviços em locais de risco, vê descontando o valor correspondente à previdência, o que vem a justificar a sua incorporação.

2. Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições quer lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

3. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade de convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

1. Seção III, artigo 150: "Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar Justiça da Infância e da Juventude."

Objetiva-se, ainda, com o estabelecimento da aludida gratificação, a uniformidade das concessões, vedando-se a percepção do risco de vida com outra gratificação de mesma natureza.

Veja-se, ainda, que este projeto, apesar de propor tratamento diferenciado aos Técnicos Especializados em Infância e Juventude, não confere aos mesmos, equiparação e nem a percepção de vantagens pecuniárias reservadas aos ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior da Secretaria do Tribunal de Justiça ou do Quadro de Auxiliares da Justiça do Foro Judicial, porquanto não fizeram concurso público para ingresso nos cargos desses grupos ocupacionais.

Além disso, deixa expresso que se trata de quadro temporário, pois, na medida em que ocorrer a vacância dos cargos, será extinto, retornando os cargos a recompor o Quadro de Servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça sob a denominação de Técnico Judiciário.

É a exposição.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 11719, de 12/05/97, modificada pela Lei nº 14807, de 20/07/05, para criar o Quadro Temporário de Técnico Especializado em Infância e Juventude, apresentam adequação orçamentário-financeiro com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela

Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA, 2008/2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, 08/02/08.

(a) J. VIDAL COELHO

Presidente

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA

Protocolo: 13827/08

Informação: nº 08/08-ASSPLAN

Assunto:

Estimativa do impacto orçamentário-financeiro referente ao anteprojeto de lei que trata da criação do Quadro Temporário de Técnico Especializado em Infância e Juventude, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

1. Aumento de Despesas

O aumento de despesa é decorrente da concessão da gratificação de risco de vida (prevista no artigo 172, V, da Lei nº 6174/70), no percentual de 33,33% sobre os vencimentos básicos, para os 84 cargos de Técnico Judiciário, já providos e que estão sendo transformados em cargos isolados de Técnico Especializado em Infância e Juventude. Ocorrerá, igualmente, a elevação do nível de vencimentos de 12 Técnicos Judiciários, que não se encontram no nível D-8 da Tabela de Níveis de Vencimentos Básicos (Anexo I, Lei nº 15639/07), uma vez que os demais 72 (setenta e dois) Técnicos Judiciários já estão enquadrados no nível D-8, não sofrendo alteração.

CUSTO DO PESSOAL - TÉCNICO ESPECIALIZADO EM INFÂNCIA E JUVENTUDE CARGO ISOLADO

CARGO	NÍVEL	QTDE	VALOR P/Cargo R\$ 1,00	ACRÉSCIMO DE CUSTO R\$ 1,00		
				RISCO DE VIDA 33,33%	ACRÉSCIMO (X84)	CUSTO ANUAL (X 13,33)*
Técnico Especializado em Infância e Juventude	D8	84	2.357,64	785,80	66.007,20	879.876

				Diferença para D8	Acréscimo Mensal	
Técnico Especializado em Infância e Juventude	D5	2	2.199,40	158,24	316,48	4.219
	D6	2	2.250,93	106,71	213,42	2.845
	D7	8	2.303,66	53,98	431,84	5.756
	D8	72	2.357,64	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-	84	-	318,93	961,74	12.820
AUMENTO DE CUSTO TOTAL	-	-	-	-	-	892.696

* Incluído 13º Salário e um terço de férias. Valores de 2007

2. Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro para os Exercícios de 2008, 2009 e 2010

O aumento anual de despesa no valor de R\$ 892.696, acrescido do reajuste de 4,46% relativo ao IPCA de 2007, importa em um incremento anual, para o exercício de 2008, no valor de R\$ 932.510.

Deduzindo-se as gratificações de "local de risco" já concedidas e que serão suprimidas, no valor de R\$ 94.066, teremos um acréscimo de R\$ 838.444.

Portanto, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, correspondente ao anteprojeto de lei que

trata da criação do Quadro Temporário de Técnico Especializado em Infância e Juventude, importa em um acréscimo anual, para o ano de 2008, de R\$ 838.444. Considerando-se a meta de inflação de 4,5% anual, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, resulta para 2009, um aumento estimado de R\$ 876.174, e para 2010 de R\$ 915.602.

Os recursos orçamentários para a realização da referida despesa estão consignados na rubrica 3.1.90.11.99 - Outros vencimentos e Vantagens Fixas do Pessoal Civil, constante do Plano Plurianual 2008-2011.

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DA CRIAÇÃO DO QUADRO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO ESPECIALIZADO EM INFÂNCIA E JUVENTUDE			
EXERCÍCIOS	2008 R\$ 1,00	2009 R\$ 1,00	2010 R\$ 1,00
Aumento da Despesa	932.510	-	-
Deduções da Despesa	94.066	-	-
Impacto Orçamentário-Financeiro	838.444	876.174	915.602
O acréscimo da despesa ocorrerá à conta da dotação orçamentária, não comprometida: 3.1.90.11.99 - Outros Vencimentos e Vantagens Fixas do Pessoal Civil - PPA 2008-2011	10.531.380	12.678.379	24.170.020

3. Estimativa da Receita Corrente Líquida e Cumprimento do Limite Prudencial para a Despesa com Pessoal

Em conformidade com o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 20, II, "b" e artigo 22, parágrafo único, LC nº 101/00), a aplicação do limite percentual de 6% e do limite prudencial de 5,7%, sobre a receita Corrente Líquida, evidencia uma situação de possibilidade de comprometimento adicional por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A Receita Corrente Líquida dos anos de 2008, 2009 e 2010, foi estimada com base na Receita Corrente Líquida obtida para dezembro de 2007, constante do Relatório de Gestão Fiscal do Departamento Econômico-Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (R\$ Mil 12.466.463). Aplicando-se, para Dez/2008, a expectativa inflacionária de 4,5% teremos uma RCL de R\$ Mil 13.027.454. Para 2009 e 2010 utilizamos o mesmo crescimento percentual das Receitas Não-Financeiras do Estado do Paraná, projetadas na LDO-2008 (Lei nº 15609/07), conforme demonstrativo a seguir:

APLICAÇÃO DOS LIMITES PERCENTUAIS DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA O GASTO COM PESSOAL			
EXERCÍCIOS	DEZ/2008 R\$ Mil	DEZ/2009 R\$ Mil	DEZ/2010 R\$ Mil
RCL - Receita Corrente Líquida (estimada)	13.027.454	13.758.294	14.512.248
6% da RCL	781.647	825.498	870.735
limite prudencial para a despesa com pessoal (artigo 22, parágrafo único, LRF) 5,7% da RCL	742.565	784.223	827.198
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais Prevista na LOA-2008 e PPA 2008-2011	601.421	627.524	663.600
Deduções (art.19, § 1º, LRF e res. 7598/02 do TC)	102.583	107.035	113.188
Total Líquido da Despesa com Pessoal	498.838	520.489	550.412
Percentual de Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida	3,83%	3,78%	3,79%

Constata-se que o total líquido da Despesa com Pessoal ficará aquém do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Curitiba, 08/02/08.

(a) ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA
PRESIDÊNCIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 005/08

P A R E C E R :

A presente proposta, oriunda de mensagem do Poder Judiciário tem por escopo, consolidar a posição de certos agentes públicos, transformando 84 cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em cargos isolados de Técnicos Especializados em Infância e Juventude, criando, ademais, Quadro Temporário de Técnico Especializado em Infância e Juventude.

Na mesma esteira, fixa padrão de vencimento e delimita gratificação para os cargos transformados. Por fim, dispõe que os cargos tratados, na medida em que vagarem, serão extintos e passarão a recompor o Quadro de Servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, sob a denominação de Técnico Judiciário.

Da legitimidade

Inicialmente, cumpre o estudo da legitimidade para iniciar o processo legislativo no caso ora sob comento. Para tanto, consulte-se o artigo 96 da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

Após, passe-se diretamente o artigo 101 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

Por ser assim, de imediato se verifica que o Tribunal de Justiça tem a prerrogativa necessária para principiar o processo legislativo neste caso.

Do Objeto Material

No que tange ao aspecto material do projeto, tem-se que não há óbices para a aprovação do projeto, visto que:

1) Dos cargos

A matéria a ser tratada em nada conflita com a ordem jurídica, posto estar sendo feita correção e

adequação da estrutura, aliás, está se tratando de situação especial, qual seja: são servidores remanescentes do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude, que se enquadrarão num Quadro Temporário, composto pois pelos 84 cargos isolados que estão sendo criados. Ora, e como bem diz a justificativa, em fl. 06, "...não se trata de qualquer servidor administrativo, mas de um especialista...". Assim, necessário o enquadramento dos servidores em categoria própria, ainda que de modo transitório.

2) Das atribuições

As atribuições dos cargos são agora bem delineadas, vez que se deixa claro que exercerão as funções listadas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Aliás, nesse particular, importante que se lembre que os cargos que estão a se tratar são de suma importância para o estado, vetor este corroborado pelas passagens da Lei nº 8069/90 que se transcrevem:

Dos Serviços Auxiliares

Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Assim, uma vez mais se atesta a legalidade da proposta, até porque não se pode prever cargo sem especificações profissionais. E mais, como já se disse, cabe ao Poder Judiciário estabelecer as funções de modo pormenorizado para os serviços auxiliares da justiça.

3) Da Remuneração

Os cargos que ora se adequam passarão a ser remunerados pelo enquadramento nível único D8, da tabela de vencimentos da Lei nº 11719/97. Isto porque já é dito que a grande maioria dos servidores já é remunerado por tal nível. Ainda mais, por ser situação excepcional, não se prevê progressão funcional na carreira, ora, se grande parcela da classe já recebe esse valor, faz-se justificável que se estenda tal remuneração para todos os atuais membros.

Ainda na mesma senda, é prevista gratificação em percentual de 33,33% do vencimento básico, que poderá ser incorporado para aposentadoria e pensão.

Essa questão de vencimentos também é da alçada do Poder Judiciário, o qual detém controle sobre seu orçamento, podendo julgar necessária ou não certas medidas, como a presente.

4) Da temporariedade do Quadro

O Quadro que ora se cria terá vigência temporária, apenas para que se atenda situação especial, qual seja, cargos remanescentes do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude. Assim, na proporção que os atuais cargos forem vagando serão também extintos, retornando os cargos a compor o Quadro dos Servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça sob a denominação Técnico Judiciário.

5) Da Lei de Responsabilidade Fiscal

A LC nº 101/00 serve de baliza para as atitudes advindas do Poder Público e que possam causar lesão à economia do estado. Veja-se trecho da citada lei:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nas fls. 10 a 12 contra-se a estimativa de despesa, bem como o impacto orçamentário da proposta, o que supre os requisitos da lei complementar listada.

Conclusão

Por todo o exposto, somos pela aprovação do projeto de lei, visto estarem atendidos os requisitos de legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 476/08, que cria a 56ª Seção Judiciária com sede na comarca de Realeza, e adota outras providências. COM PARECER DA CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 314/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

Art. 1º Fica alterado o artigo 60 e seu parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com nova redação conforme segue:

“Art. 60. As Turmas Recursais serão compostas por Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, designados por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, sendo sua atuação provisória e exclusiva.

§ 1º O Presidente do Tribunal de Justiça, após parecer do Conselho de Supervisão, poderá criar tantas Turmas Recursais quantas forem necessárias e dispor a

respeito da sua composição, sede e competência territorial, bem como designar Juízes para exercerem as funções de suplentes em número suficiente para atender eventual aumento da quantidade de recursos para julgamento.”

Art. 2º esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/11/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito de seu artigo 60 e seu parágrafo 1º.

Esta nova redação permitirá ao Presidente do Tribunal de Justiça, quando necessário, atender prontamente ao crescente aumento de volume dos processos no âmbito da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais dando, em consequência, plena e pronta prestação jurisdicional, ainda que seja elevado o número de feitos a serem julgados, ou então modificar a sua composição caso haja, eventualmente, um efetivo decréscimo dos feitos a serem julgados.

A expressa referência a Juízes “em exercício no primeiro grau de Jurisdição”, se justifica porquanto se constitui em norma expressa no artigo 41, parágrafo 1º, da Lei nº 9099/95.

Como resultado desta especial referência, os Juízes Substitutos em 2º grau não mais poderão integrar as Turmas Recursais porque, apesar de classificados em primeiro grau, exercem sua atividade jurisdicional junto ao 2º grau.

É oportuno salientar que, permanecendo inalteradas as demais disposições a respeito da matéria, a não fixação do número dos seus integrantes permitirá o funcionamento das Turmas Recursais em Câmaras, tantas quantas forem necessárias, a critério da Presidência do Tribunal, pois o parágrafo 8º, do artigo 60, do CODJ, estabelece que “As demais normas de organização e funcionamento das Turmas Recursais serão objeto de resolução do Conselho de Supervisão.”

O Anteprojeto de Lei contou com a aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 27/06/08.

A referida proposta de alteração do artigo 60 e seu parágrafo 1º, não implica em impacto financeiro e foi acolhida por unanimidade pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, reunida na 2ª Sessão Ordinária do dia 14/05/07.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 314/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo alterar o caput e o parágrafo 1º do artigo 60 da Lei Estadual nº

14227, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com o objetivo de permitir ao Presidente do Tribunal de Justiça após parecer do Conselho de Supervisão de criar tantas Turmas Recursais quantas forem necessárias, visando atender ao crescente aumento de volume dos processos no âmbito da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, dando assim plena e pronta prestação jurisdicional, ainda que seja elevado o número de feitos a serem julgados.

Fundamentação

Inicialmente, cumpre-se ressaltar que quando se tratar de alteração legislativa verificamos *a priori* qual é a competência para legislar. No referido caso, observamos que, de acordo com o artigo 96 da Constituição da República, o Tribunal de Justiça detém a competência privativa para propor ao Poder Legislativo a alteração e organização judiciárias. Vejamos o artigo 96, inciso II, alínea "d" da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

II - do Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observando o disposto no art. 169:

d) a alteração e organização judiciárias; (grifos nossos)

No mesmo sentido, a Constituição Estadual estabelece a competência privativa do Tribunal de Justiça para alterar a organização das divisões judiciárias, criar e extinguir comarcas, varas ou distritos judiciários. Vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários. (grifo nosso)

Cabe também ressaltar que o projeto em questão não ocasionará ônus ao estado, não ficando sujeito aos requisitos dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/00, que estabelece normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Ainda, constatamos que o projeto em análise não encontra nenhum óbice quanto a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e a legalidade apresentada pelo projeto de lei ora analisado, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Cabe aqui uma retificação, primeira discussão do Projeto de Lei nº 314, do Tribunal de Justiça, que altera o

artigo 60 e seu parágrafo 1º, da Lei nº 14277, de 30/12/03, no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Em discussão. Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Consta na ordem do dia, que o projeto está com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Entretanto, esse projeto foi amplamente discutido no âmbito da CCJ, tendo em vista que a mensagem original do Poder Judiciário prevê que a sede da Sessão Judiciária seja o município de Realeza. Estou equivocado? Está bem. Então, no próximo levantarei questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado, V. Exa. tem razão. A digitação aí é que saiu errada. Por isso fiz questão de enunciar o projeto, como realmente ele é. Não tem nada a ver com o de Realeza, que não será votado hoje.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O que estamos votando, com o parecer da CCJ, é a alteração do artigo 60, em seu parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Em votação.

Aprovado.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Gostaria de uma informação. Os itens 02, 03 e 04 não constam na Ordem do Dia o parecer da Comissão de Finanças. Não sei se houve um equívoco de encaminhamento ou se esses projetos não passaram ainda pela Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não passaram. Temos apenas o parecer da CCJ. Como estão em primeira discussão, eles podem ir em segunda e depois serem encaminhados para a Comissão de Finanças.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 931/08, que altera o artigo 155, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/08, de 03/11/08, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 468/08

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 468/08 de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça tem por escopo alterar o artigo alterar o artigo 155, da Lei nº 14277/03. (Código de Organização e Divisão Judiciárias), pretendendo possibilitar que apenas os funcionários da Justiça indicados no artigo 123, incisos II, III, XIV e XV, da referida lei, lotados na Secretaria ou Vara, por empregado juramentado ou por titular de outro ofício da mesma comarca, designado pelo Juiz Diretor do Fórum, possam substituir o titular de ofício do foro judicial.

Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça.

O artigo 65 e 101, inciso I, alínea "d", da Constituição do Estado do Paraná e artigo 96, inciso II, alínea "d" da Constituição Federal, asseguram ao Presidente do Tribunal de Justiça, iniciativa e competência administrativa para propor leis para a referida aprovação na Assembléia Legislativa.

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei. (grifo nosso).

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao poder Legislativo respectivo, observado o disposto no artigo 169;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Assim, fica demonstrado que o Presidente do Tribunal de Justiça, obtém competência administrativa para propor projeto de lei, alterando o código da organização e da divisão judiciárias.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto lei, apresentado através de prerrogativa e competência administrativa do Presidente do Tribunal de Justiça, não encontrando nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/08, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

3. Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade do projeto lei.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3963, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 374 e 390/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/08 e do Projeto de Resolução nº 023/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1604/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11006, datado de 03/12/08, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 189/08, de concessão de aposentadoria da servidora deste Poder, MARIA LUIZA HUBNER, matrícula 40250, publicado às fls. 45 do Diário da Assembléia, do dia 26/03/08.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portaria****PORTARIA Nº 307/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11310, datado de 10/12/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de CLEIA LUCIA PEREIRA CARAZZAI, matrícula nº 40540, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Almo-xarife, nível NTD-09, com lotação na Diretoria de Pessoal, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 308/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11312, datado de 10/12/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição da funcionária MARLI DE VARGAS, matrícula 40745, para continuar prestando serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 311/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11644, datado de 16/12/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, ANTONIO ALVES DA COSTA, matrícula nº 40579, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 12/01/09 com término em 11/07/09, CID. 10 I 20.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Portarias DAT**PORTARIA Nº 299/08 - DAT**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07 e Decreto nº 3922 de 01/12/08.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	100	1.190.000,00
33504100	2000	100	1.000,00
33903003	2000	100	44.104,00
33903004	2000	100	9.920,00
33903009	2000	100	22.454,00
33903014	2000	100	15.000,00
33903016	2000	100	19.200,00
33903018	2000	100	4.000,00
33903019	2000	100	34.994,00
33903020	2000	100	10.000,00
33903028	2000	100	24.102,00
33903029	2000	100	47.067,00
33903031	2000	100	38.315,00
33903033	2000	100	33.563,00
33903034	2000	100	6.127,00
33903600	2000	100	76.800,00
33903700	2000	100	2.867,00
33903910	2000	100	94.680,00
33903912	2000	100	22.694,00
33903914	2000	100	19.085,00
33903916	2000	100	5.740,00
33903925	2000	100	76.378,00
33903926	2000	100	5.000,00
33903928	2000	100	38.899,00
33903935	2000	100	7.159,00
33903941	2000	100	5.000,00
33903942	2000	100	80.480,00
33903947	2000	100	5.074,00
33904100	2000	100	1.000,00
			1.940.702,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900300	9000	100	9.642,00
33900800	2000	100	9.861,00
33903015	2000	100	22.659,00
33903904	2000	100	63.000,00
33903917	2000	100	1.463.410,00
33903930	2000	100	100.000,00
33903947	2000	100	40.130,00
44905200	2000	100	232.000,00
			1.940.702,00

Gabinete da Diretoria Geral, 02/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1º Secretário

PORTARIA Nº 305/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07 e Decreto nº 3922 de 01/12/08,

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900900	9000	100	1.140,00
31900900	9000	100	198,00
33903948	2000	100	28.534,00
33903949	2000	100	39.980,00
33909200	2000	100	31.192,00
			101.044,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900900	9000	100	166,00
31901300	2000	100	35.000,00
33900800	2000	100	32,00
33903033	2000	100	7.706,00
33903912	2000	100	57.000,00
44905200	2000	100	1.140,00
			101.044,00

Gabinete da Diretoria Geral, 08/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1º Secretário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 155

14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	19
Presenças.....	19
Abertura da Sessão	19
Expediente:	
Requerimentos.....	19

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final.....	20
2ª Discussão	21
Requerimentos.....	26

Encerramento da Sessão

Publicações:

Atas de Comissões

Agricultura	26
Saúde Pública	27

DIÁRIO Nº 155

14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo,

Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Cleiton Kielse, Ney Leprevost e Valdir Rossoni (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães, em Sessão anterior.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3964

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) RENI PEREIRA

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Antes do item 01 da pauta, gostaria de pedir a atenção dos Srs. Deputados para um convite que faço para todos os Srs. e Sras. Deputadas para amanhã às 10h da manhã, aqui neste Plenário, onde realizaremos o Natal dos funcionários. Portanto, quero convidá-los para amanhã participarem desse encontro que para nós é muito importante.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 374/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/08. O Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da Ação de Execução Fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas hipóteses que especifica e adota outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 374/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da Ação de Execução Fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas seguintes hipóteses:

I - quando se tratar de execução fiscal contra massas falidas em que não forem encontrados bens, ou quando os encontrados tenham sido insuficientes à satisfação dos créditos cobrados pela Fazenda Pública Estadual, e cuja decisão de encerramento da falência tenha transitado em julgado há mais de dois anos, caso não haja amparo legal para redirecionar a execução contra terceira pessoa;

II - quando tenha havido redirecionamento por responsabilidade tributária, nos casos de falecimento dos responsabilizados sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, desde que se tenha inviabilizado o prosseguimento contra o devedor principal;

III - quando for comprovado o falecimento do executado, no caso de dívida em nome próprio ou de firma individual, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, e caso não haja amparo legal para redirecionar a execução contra terceira pessoa;

IV - quando se tratar de execução de multa criminal, após dois anos, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais;

V - quando se tratar de execução fiscal decorrente de desaprovação de contas contra Associações encerradas há mais de cinco anos, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, caso seja inviável o redirecionamento eficaz contra terceira pessoa;

VI - quando se tratar de execução fiscal ajuizada há 20 anos ou mais, originalmente contra empresas que já estejam baixadas ou canceladas há mais de cinco anos no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Paraná, redirecionadas ou não contra terceiros, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora de seus executados, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais.

Parágrafo Único. O Procurador Geral do Estado remeterá semestralmente à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado relatório pormenorizado relacionando as execuções fiscais encerradas na forma deste artigo, para apuração do fiel cumprimento da presente lei.

Art. 2º O Procurador Geral do Estado e o Secretário de Estado da Fazenda expedirão, no âmbito de suas competências, as instruções normativas necessárias ao eficaz cumprimento da presente lei.

Art. 3º Após o encerramento da execução fiscal, na forma do artigo 1º, os créditos permanecerão em cobrança administrativa, com a devida atualização, pelo prazo de cinco anos, quando poderão ser baixados.

Art. 4º As custas judiciais permanecem a cargo do executado, facultando as escriturarias promover a cobrança às suas próprias expensas.

Art. 5º Ficam dispensados os honorários advocatícios relacionados com os créditos de que trata esta lei.

Art. 6º O dispositivo nesta lei não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos a qualquer título.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.
(a) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 390/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/08, em que ficam dispensados os créditos tributários decorrentes da aplicação das finalidades previstas no artigo 55 da Lei nº 11580, de 14/11/96. (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 390/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam dispensados os créditos tributários decorrentes da aplicação das penalidades previstas nos incisos XIX e XX do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11580, de 14/11/96, na hipótese em que a conduta irregular tenha sido cometida até 31/12/05, independente de ter ocorrido ou não o lançamento em auto de infração.

Art. 2º Nas saídas interestaduais de que trata o convênio ICMS 03/99 e suas alterações, não se atribui ao remetente paranaense a responsabilidade pelo pagamento do imposto suspenso, determinando-se a sua exclusão do pólo passivo da obrigação, inclusive dos lançamentos de ofício já perpetuados, e, ficam dispensados os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), lançados até 31/07/07, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais), na data da publicação desta lei. (Convênio ICMS 67/08)

Art. 3º Ficam dispensados:

a) os créditos tributários inscritos em dívida ativa até 1982, cujos Termos de Inscrição tenham sido feitos manualmente;

b) os créditos não tributários inscritos em dívida ativa até 1996, cujos Termos de inscrição tenham sido feitos manualmente;

c) as dívidas ativas inscritas na vigência da Lei nº 6364, de 29/12/72, em nome de contribuinte que se encontre em situação de baixado, cancelado, ou não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, e em relação aos quais não tenham sido localizados bens penhoráveis;

d) os créditos tributários originários de autos de infração lavrados com suporte na Lei nº 6364, de 29/12/72, ainda em tramitação, cujo sujeito passivo se encontre em situação de baixado, cancelado, ou não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, na data da publicação desta lei.

Art. 4º Ficam dispensados os créditos tributários decorrentes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA:

a) lançados até 31/12/02, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não;

b) lançados até 31/12/07, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, cujos valores atualizados, na data da publicação desta lei, sejam iguais ou inferiores a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 5º Ficam dispensados os créditos não tributários inscritos em dívida ativa até 31/12/07, ajuizados ou não, cujos valores atualizados, na data da publicação desta lei, sejam iguais ou inferiores a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 6º Ficam dispensados os créditos tributários decorrentes do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens e Direitos lançados ou não, inscritos ou não em dívida ativa, relativos a fatos geradores ocorridos até 31/12/07, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), na data da publicação desta lei.

Art. 7º Ficam dispensados os honorários advocatícios relacionados com os créditos ajuizados, tributários, de que trata esta lei.

Parágrafo Único. As custas judiciais relativas à créditos ajuizados de que trata o *caput* permanecem a cargo do executado, facultando às escriturarias promover a cobrança às suas próprias expensas.

Art. 8º O disposto nesta lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

2ª Discussão**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 936/08, que altera a estrutura organizacional dos serviços de Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário, em observância ao disposto no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º da Lei nº 14277/03, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM PARECER DA CF.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, em número de 04 (quatro), nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 470/08

Redação do projeto:

Art. 21. Os cargos, as escrivânicas, os ofícios e as titularidades previstos nos artigos 119 e incisos e artigo 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003, vagos na data da publicação da presente são declarados extintos, assim como ficam extintos à medida que vagarem, passando as respectivas atribuições na forma atualmente organizada às secretarias, conforme disposto nesta lei.

Redação proposta (caput sem alteração, incluindo parágrafo).

Art. 21. Caput sem alteração

Parágrafo Único. Quando da vacância dos cargos ocupados de escrivão, titulares de escrivânicas já estatizadas, previstos no artigo 119 e incisos e dos cargos ocupados previstos no artigo 123, inciso II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003, a extinção se dará após regular processo de remoção e promoção na carreira, em não existindo legítimo interessado, assegurando-se aos seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos em lei.

Redação do projeto:

Art. 22. Aos ocupantes dos cargos previstos nos artigos 119 e incisos e 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003 não se aplicam os termos da presente lei.

Redação proposta (caput sem alteração, incluindo parágrafos).

Art. 22. Caput sem alteração.

§ 1º Os titulares dos cargos ocupantes de escrivão de serventias já estatizadas, previstas no artigo 119 e incisos e os titulares dos cargos ocupados previstos no artigo 123, incisos II a VIII e X a XVI, da Lei Estadual nº 14277 de 2003, poderão optar pela nova carreira instituída por esta lei, sendo transformados os respectivos cargos no equivalente previsto no artigo 6º, incisos I e II desta lei, nas áreas de atividades correspondentes previstas no artigo 7º, incisos I a III, respeitados os requisitos exigidos no artigo 10, incisos I e II, com enquadramento salarial conforme anexo I e irredutibilidade da remuneração percebida atualmente.

§ 2º A opção pelo novo regime desvincula o servidor da antiga carreira, sendo-lhe resguardados os direitos previstos no Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

§ 3º Em havendo opção pela nova carreira pelo titular da serventia judicial já estatizada fica esta imediatamente transformada em Secretaria, nos termos do artigo 2º e seguintes desta lei.

§ 4º A transformação de cargos de que trata o parágrafo 1º se dará no cargo de mesma exigência de nível técnico e escolaridade, conforme incisos a seguir, vedada quanto a cargos de exigência distinta, estes acessíveis somente mediante concurso público.

I - Cargos de Auxiliares de Cartório, Auxiliares Administrativos, Oficiais de Justiça, Comissão de Vigilância, Porteiros de Auditório, Oficiais de Justiça do Juizado Especial, Auxiliares de Cartórios do Juizado Especial e Auxiliares Administrativos do Juizado Especial (incisos II a VIII e XIII a XV, artigo 123, Lei Estadual nº 14277/03) em Técnico Judiciário (art. 6º, II, desta lei)

II - Cargos de Assistentes Sociais, Psicólogos, Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, Secretários do Juizado Especial, Contadores e Avaliadores do Juizado Especial (incisos VI, VII, X, XI, XII e XVI, artigo 123, Lei Estadual nº 14277/03) em Analista Judiciário (artigo 6º, I, desta lei).

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Apoiamento:

Plauto Miró, Antonio Belinati, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Marcelo Rangel e Stephanes Júnior.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 470/08 não estatiza as serventias do Foro Judicial (cartórios localizados nos fóruns de todo o estado do Paraná, tanto do interior como da capital), eis que tal estatização já foi determinada pela Constituição Federal, no artigo 31 do ADCT (Ato das disposições Constitucionais transitórias), que prevê: "Serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares", corroborando pela Lei Estadual nº 14277/03, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e em seu artigo 1º, parágrafo 5º, faz previsão idêntica: "Ficam estatizadas as serventias do foro judicial, inclusive as criadas por esta lei, respeitados os direitos dos atuais titulares."

O projeto em questão apenas define nova estrutura organizacional e cria o quadro de pessoal para suprir a necessidade do Tribunal de Justiça em estatizar 221 serventias judiciais que atualmente operam sob o regime privado (em cumprimento a recente decisão do Conselho Nacional de Justiça - CNJ) conforme a própria justificativa do projeto.

Ocorre que além destas 221 serventias privadas (em que o titular recebe as custas processuais e paga os salários dos funcionários por ele contratados, sob regime da CLT e sem vínculo com o Poder Judiciário), existem 200 outras serventias judiciais que já funcionam como estatizadas (ou seja, seus servidores não recebem custas, mas somente remuneração dos cofres públicos, como exemplo: as varas criminais e os juizados especiais).

Nestas serventias já estatizadas há casos de escrivânicas anexas, que funciona como privatizada (exemplos: Vara de Família anexa à Vara Criminal; Vara de Família anexa à Vara da Infância e Juventude). Além disso, nas varas privatizadas também há cargos de Oficial de Justiça, que recebem remuneração dos cofres públicos (e diligências pelos atos praticados em processos de varas privatizadas).

Neste contexto, o projeto em questão ao criar as novas carreiras de técnico judiciário (ensino médio) e analista judiciário (ensino superior) mostra-se moderno, inovador e merecedor de elogios, porém, quanto aos cargos ocupados por servidores concursados do primeiro grau de jurisdição (escrivães de varas criminais, secretários de juizados especiais, auxiliares de cartório, auxiliares administrativos, oficiais de justiça, etc) que representam próximo de 50% de todo o quadro de pessoal do Poder Judiciário (em torno de 2 mil servidores), não se justifica sua simples extinção conforme vagarem, sem resguardar-lhes direito à futura remoção e/ou promoção na carreira (mesmo no quadro em extinção) e/ou opção pela nova carreira instituída por esta lei.

Observe-se que o projeto na redação original dos artigos 21 e 22 prevê que a sistemática por ele criada será aplicada aos novos servidores concursados (analistas e técnicos) e aos servidores atualmente lotados na Secretaria do Tribunal de Justiça (inciso I, do artigo 123, da Lei Estadual nº 14277/03), excluindo e colocando em quadro em extinção todos os demais cargos ocupados de primeiro grau de jurisdição.

Tal tratamento desigual, a princípio, afronta o princípio constitucional da isonomia, previsto no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, exigindo a solução da questão, que se propõe com a emenda ora apresentada.

Conforme emenda, a inclusão do parágrafo único no artigo 21 possibilitará aos servidores que permanecerem na carreira anterior, no quadro em extinção (cargos oficiais de justiça, escrevães de varas criminais, auxiliares de cartório, auxiliares administrativos, comissários de menores, secretários de juizados especiais) tenham a possibilidade de remoção e/ou promoção nesta mesma carreira em extinção, garantindo tal direito a todos os servidores e não causando prejuízo algum e nem oneração aos cofres públicos. Vagando um cargo Oficial de justiça de entrância final, por exemplo, antes da imediata extinção deste abre-se a possibilidade para remoção/promoção na carreira para, somente após operar-se a extinção de tal cargo.

Em outro aspecto, conforme emenda, a inclusão dos parágrafos ao artigo 22 facultará aos servidores em exercício do primeiro grau (escrivães e serventias já privatizadas e funcionários da Justiça, artigo 123, II a VIII e X a XVI, Lei Estadual nº 14277/03) a opção em permanecer na carreira em extinção e/ou passar para a nova carreira instituída por esta lei (com irredutibilidade de remuneração), garantindo tratamento isonômico e impessoal a todos os servidores concursados e efetivos que compõe o quadro do primeiro grau de jurisdição (e não lhes impondo somente a carreira em extinção suprimindo direitos).

O enquadramento salarial com irredutibilidade da remuneração atualmente percebida não trará ônus aos cofres públicos, eis que não haverá aumento de salário, somente enquadramento no nível respectivo.

De outra parte, a criação das funções gratificadas de Diretor e Supervisor para as novas Secretarias decorre do próprio projeto, portanto, acréscimo de despesa por iniciativa do Poder Judiciário (artigos 15 e 16 do projeto).

Saliente-se que o material humano é o maior patrimônio de qualquer empresa, não sendo diferente no caso dos Órgãos Públicos. Servidor motivado representa um passo importante na busca pela eficiência, princípio Constitucional da Administração Pública previsto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, visando à melhor qualidade no atendimento aos cidadãos, que é a razão dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Observe-se, por fim, que se encontra em trâmite na Câmara Federal a Proposta de Emenda Constitucional nº 190/07, que prevê atribuição ao STF (Supremo Tribunal Federal) para elaborar projeto de Estatuto Nacional aos Servidores do Poder Judiciário, bem como que outros estados já passaram pelo processo de criação de nova estrutura funcional para o Poder Judiciário, transformando e/ou aproveitando na nova carreira os servidores já em exercício.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02 PROPOSTA DE EMENDA AOS ARTIGOS 8,10 E 22

Emenda, aditiva e supressiva aos artigos 8º, 10 e artigo 22 do anteprojeto de Lei nº 470/08, TJPR que altera a estrutura organizacional dos serviços do Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário/PR.

Redação do Projeto

Art. 8º -(...)

I -(...)

II -(...)

§ 2º Os ocupantes do cargo da carreira (...)

I -...

II - o exercício das atribuições de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude implicará em dispensa das atividades próprias do cargo de Técnico Judiciário em grau definido pelo Juiz Titular ao qual o funcionário estiver subordinado; (nosso destaque)

Redação Proposta - Supressão do termo Oficial de Justiça

Art. 8º -...

I -(...)

II -(...)

§ 2º Os ocupantes do cargo de carreira (...)

I -...

II - o exercício das atribuições de Comissário da Infância e da Juventude implicará em dispensa das atividades próprias do cargo de Técnico Judiciário em grau definido pelo Juiz Titular ao qual o funcionário estiver subordinado.

Inclusão do Parágrafo 3º no artigo 8º

O artigo 8º do projeto de lei que altera a estrutura organizacional dos serviços do Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça fica acrescido do parágrafo 3º:

...

§ 3º Aos ocupantes do cargo de Técnico Judiciário que designados para as funções correlatas de Oficial de Justiça, a exercerão em caráter definitivo, cuja nomenclatura do cargo para efeitos processuais, será a de Técnico Judiciário-Oficial de Justiça Executor de Mandados.

Inclusão do Inciso III ao artigo 10.

O artigo 10, do anteprojeto de lei que altera a estrutura organizacional dos serviços do Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário fica acrescido do inciso III, com a seguinte redação:

(...)

“III - Fica o Tribunal de Justiça do Paraná autorizado a exigir para a investidura do cargo de Técnico Judiciário-Oficial de Justiça Executor de Mandados previsto no inciso II do artigo 10 desta lei, cuja atividade seja concernente com o cargo de Oficial de Justiça, formação oficial no curso de Direito dentre outros, desde que de nível universitário oficialmente reconhecido e correlato com a função.

Inclusão do parágrafo único ao artigo 22

O artigo 22 do anteprojeto de lei que altera a estrutura organizacional dos serviços do Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário fica acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Fica o Tribunal de Justiça autorizado a incluir o atual ocupante e cargo de Oficial de Justiça ativo e efetivo que, ingresso por concurso público com formação oficial no curso de Direito dentre outros correlatos, no Grupo Ocupacional superior de provimento efetivo, constante no anexo III da tabela 01 da Secretaria do Tribunal de Justiça, previsto na Lei 11719 de 12/05/97 (Quadro de Servidores do Poder Judiciário), cujo início será na simbologia do nível D9 e terminará no nível E9 do anexo II da tabela 01 da referida lei.

JUSTIFICATIVA:

Da alteração supressiva no inciso II do parágrafo 2º do artigo 8º e acréscimo do parágrafo 3º.

As funções correlatas do Oficial de Justiça no cumprimento dos mandados judiciais, implicam em relacionamento intrínseco com partes, endereços e situações que podem contribuir sobremaneira, com a celeridade processual, sua identificação com as partes ao longo da marcha processual traz ao processo a estabilidade e segurança ao mundo jurídico processual; é o estado ficção jurídica que vira realidade por meio de seu instrumental humano, a mudança constante deste servidor que

nos atos de localização de endereços e partes, e bem assim, noticiando a voz Oficial da Justiça, podem trazer intranquilidades não desejadas ao princípio da eficiência e ao bom prestígio da Justiça paranaense. Por este mesmo viés, os termos constantes no precitado inciso: “*em grau definido pelo Juiz Titular ao qual o funcionário estiver subordinado*”, pode trazer juízo de valoração extravagante aos interesses ora sobejados.

Dos fundamentos para autorizar a instituição do nível superior previsto com o acréscimo do inciso III no artigo 10.

A instituição do nível superior para o ingresso nas funções do Técnico Judiciário-Oficial de Justiça Executor de Mandados atende ao interesse público, ao interesse da Justiça e às alterações legislativas federais, anunciadas pela EC 19, confirmadas no artigo 37 da Constituição Federal, tais como o princípio da eficiência e profissionalização dos servidores públicos em âmbito federal e estadual, e bem assim, o previsto na Resolução 048 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, senão vejamos:

Um dos grandes temas nacionais nos dias atuais diz respeito ao desempenho, qualidade e celeridade dos serviços públicos colocados à disposição da sociedade brasileira. Nesse contexto, encontra-se o Poder Judiciário. Não há dúvida de que a alavanca de tais avanços e transformações tem que estar guindada no ser humano, posto que é ele, servidor público, responsável por fazer transformar esta realidade. Cabe aos servidores materializar o estado ficção jurídica para o estado real, que tem por fim as pessoas.

O princípio da eficiência e profissionalização elencados no artigo 37 da Constituição Federal, dá à Administração Pública, o arcabouço jurídico pelo qual os serviços públicos devem se perfilar, em síntese, o pressuposto de tais medidas tem como escopo a sociedade como um todo.

No concernente ao servidor público Oficial de Justiça, ocupa destacada função pública, conforme dispõe o Código de Processo Civil Brasileiro, Código de Processo Penal e legislação correlata. Servidor esse, responsável por cumprir as decisões da justiça e de materializar de ficção jurídica contida nas sentenças judiciais, fazendo com que tutela jurisdicional se confirme.

Contidas nos precitados Códigos e legislação esparsa, estão algumas das funções: buscas e apreensões, prisões, intimações, citações, seqüestros, avaliações, verificação judicial, penhoras, arrestos, mandados de segurança, medida liminar: de tutela antecipatória, separação de corpos, busca e apreensão de menores, etc.

Recentemente, o legislador federal alterou o Código de Processo Civil Brasileiro (Lei nº 11382 de 06/12/06) e atribuiu ao Oficial de Justiça a responsabilidade dos Avaliadores Judiciais, ou seja, a de efetivar autos de avaliação dos bens em constrição judicial e outras necessidades correlatas.

Como se vê, um conjunto de atividades desempenhadas pelos oficiais de Justiça, de complexidade social e jurídica. Neste mesmo sentido, muitas vezes, têm que explicar às partes do conteúdo jurídico das decisões judiciais, dar esclarecimentos e orientar as pessoas quanto aos seus direitos, estes servidores têm um embate efetivo com as questões sociais, jurídicas e partes, porquanto, devem estar preparados à altura do bom prestígio da Justiça paranaense.

Atendendo às necessidades em apreço, o CNJ - Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 048/07, orientação esta que vem ao encontro desta proposta de Emenda, cujos postulados, reproduzimos:

"RESOLUÇÃO nº 48, de dezembro de 2007.

A Presidente do Conselho Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal, especialmente o disposto no artigo 103-B, parágrafo 4º Inciso I:

Considerando haver sido confiada ao Conselho Nacional de Justiça a missão de orientar os órgãos jurisdicionais no implemento de meios capazes de facilitar o acesso à Justiça, racionalizar o serviço prestado e viabilizar o aumento da produtividade da prestação jurisdicional:

Considerando o papel dos Oficiais de Justiça na concretização da atividade jurisdicional como elemento de dinamização do trâmite processual, à luz dos princípios do contraditório, ampla defesa e da duração razoável do processo, bem como utilidade de deterem conhecimentos técnicos-jurídicos de ocorrência de situações imprevistas, durante o cumprimento de mandados, e o disposto no artigo 144 do Código de Processo Civil;

R E S O L V E :

Art. 1º Determinar aos Tribunais que passem a exigir, como requisito para provimento do cargo de Oficial de Justiça, a conclusão de curso superior, preferencialmente em Direito.

Art. 2º Os Tribunais deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias, informar as medidas adotadas para cumprimento da presente resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*Ministra Ellen Grace - Presidente
Dezembro de 2007.*

Por tais entendimentos, já caminhou a grande maioria dos Tribunais do país, cuja modernidade está cristalizada na Lei 11618 de 19/12/06 de Cargos e Salários dos Servidores da Justiça Federal; a presente proposta de emenda legislativa tem por escopo, contribuir para a modernização da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Paraná, atender a determinação contida na Resolução 048 do CNJ, e bem assim os reclamos da Categoria dos Oficiais de Justiça.

É de se esclarecer que na Lei 11618/06 acima referida, exige para o ingresso no cargo de Oficial de Justiça o nível universitário em Direito, ao passo que o referido

Projeto de Lei 470/08 em seu artigo 10, exige a formação escolar em ensino médio. Necessário então, sintonizar os propósitos legislativos: federal com o estadual, pois trata-se do mesmo Poder Judiciário e o mesmo cargo de Oficial de Justiça com funções iguais.

Dos aspectos de jurisdição das emendas ao Projeto de Lei 470/08.

As emendas em debate, preenchem os requisitos legais quanto a sua feitura, no concernente ao aspecto de constitucionalidade, não ingressa na esfera de autonomia legislativa do Tribunal de Justiça do Paraná posto que, não cria despesas para o implemento das referidas emendas. Cria tão-somente critérios para a investidura ao cargo de Oficial de Justiça de forma autorizativa, garantindo-se ao Poder Judiciário paranaense total independência e uso do direito discricionário da forma como melhor lhe prover (oportunidade e conveniência).

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Apoioamento:

Marcelo Rangel, Antonio Belinati, Plauto Miró, Stephanes Júnior, Reni Pereira e Tadeu Veneri

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 470/08 passa a contar com o seguinte parágrafo único:

Art. 3º...

Parágrafo Único. Os serviços relativos aos oficiais distribuidores e contadores, a serem prestados pelas serventias estatizadas, conservam a mesma natureza mista destes e dizem respeito à distribuição, registro e contagem de direitos e obrigações de atos do foro judicial e extrajudicial nos termos do artigo 145, inciso II e III, da Lei nº 14277/03.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

JUSTIFICATIVA:

É necessário que o sistema existente no estado do Paraná relativo ao Ofício Distribuidor e Contador seja mantido de forma inequívoca na nova lei para que não haja solução de continuidade na prestação do serviço, respeitando-se e recepcionando-se o sistema misto previsto para tais serviços com distribuição, registro e contas relativas a atos do Foro Judicial e Extrajudicial.

Tal sistema já foi estabelecido pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias revogado (Lei nº 7297/80, artigo 166, parágrafos 2º e 3º), foi reproduzido na Lei nº 14277/03 - atual CODJ - artigo 145, incisos II e III, e está recepcionada pela Lei Federal nº 8935/95, artigo 11, e pela Lei Federal 9492/97, artigo 7º, parágrafo único, parte final.

Ele define a dupla função dos ofícios antes referidos, o que denota a natureza mista deles ao distribuírem, registrarem atos e contarem o valor de direitos e obrigações, seja no âmbito judicial ou extrajudicial.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 4 PROJETO DE LEI Nº 470/08

Art. 1º Fica incluído o parágrafo único ao artigo 21, do Projeto de Lei nº 470/08, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 21...

Parágrafo Único. A extinção proposta no *caput* deste artigo, não alcançará os cargos, as respectivas eskrivâncias, os ofícios e as titularidades previstos nos artigos 119, incisos II a XVI, da Lei Estadual nº 14277/03, que estejam vagos e cujos concursos para ingresso tenham sido abertos em data anterior à publicação desta lei.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Mauro Moraes, Reni Pereira, Waldyr Pugliesi e Stephanes Júnior

Este projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça para a Sessão de amanhã, devendo retornar à votação na data de amanhã mesmo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/08, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de dezembro de 2008, Resolução nº 003/04. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre mesa, Requerimento nº 3964, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 17, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 354, 402 e 470/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 391 e 496/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 375, 522, 544, 549 e 550/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 071/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Agricultura

COMISSÃO DE AGRICULTURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se na sala das comissões da Assembléia Legislativa do Paraná os Srs. Deputados membros da Comissão de Agricultura, Pedro Ivo, Plauto Miró, Luiz Nishimori, Artagão Júnior e Duílio Genari, e o Deputado Elton Welter. Também estavam presentes os técnicos da EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, Luiz Augusto Pfal e José Geraldo Alves, da APRAS - Associação Paranaense de Supermercados, Valmor Rovariz - Superintendente da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Maria Silvia Digiovani - Secretária Executiva do Conseleite e Luis Antonio Digiovani, do Conseleite, FAEP e OCEPAR - organização das Cooperativas do Paraná, Wilson Thiesen, da Líder Alimentos do Brasil S/A, Mauri Caliarri e Fortunato Bergamo, da Lacto Bom, Jandir Bombardeli e da Qualitá, Manfredo Rosenfeldt. Produtores de leite dos municípios de Palmeira, São Mateus do Sul, Porto Vitória e Antonio Olinto. A reunião teve como pauta a questão do leite, produção e comercialização, com a participação de todos os setores envolvidos na cadeia do leite, desde a sua produção, industrialização e venda. Os representantes das entidades puderam levar ao conhecimento dos presentes sua forma de atuação e o que está sendo feito para a melhoria do setor. Dentre os encaminhamentos, foi defendida a maior participação da Assembléia Legislativa do Paraná e outras entidades da Câmara Setorial, como forma de ampliar a discussão. Definiu-se a parceria entre a Comissão de Agricultura e o Conseleite. Os representantes da indústria propuseram uma reunião fechada com os membros da Comissão de Agricultura, com data ainda não definida, para apresentação de dados do setor, devido a questão de concorrência entre indústrias. Foi solicitada a mudança na legislação tributária. A medida foi proposta e encaminhada para votação em plenário. Foi proposto também que as entidades, em todos os níveis, façam campanhas de marketing que estimulem o consumo do leite no estado.

(aa) PEDRO IVO, PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI, LUIZ NISHIMORI e ARTAGÃO JÚNIOR

Saúde Pública

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Ney Leprevost. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 370/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Com parecer do Deputado Ney Leprevost FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 126/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Com parecer do Deputado Marcelo Rangel FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 125/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Com parecer da Deputada Rosane Ferreira FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 405/08, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, altera a Lei nº 14427, de 07/07/04. Com parecer do Deputado Ney Leprevost FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 417/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Com parecer do Deputado Dr. Batista FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, secretário desta Comissão.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Ney Leprevost. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 124/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Com parecer do Deputado Dr. Batista FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 016/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost.

Com parecer do Deputado Dr. Batista FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 815/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Com parecer do Deputado Ney Leprevost FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 153/08, do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Com parecer do Deputado Marcelo Rangel FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 248/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Com parecer do Deputado Stephanes Júnior FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, secretário desta Comissão.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Ney Leprevost. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 124/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Com parecer do Deputado Dr. Batista FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 016/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Com parecer do Deputado Dr. Batista FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 815/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Com parecer do Deputado Ney Leprevost FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 153/08, do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Com parecer do Deputado Marcelo Rangel FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 248/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Com parecer do Deputado Stephanes Júnior FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, secretário desta Comissão.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
Osmar Prestes - Secretário